

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**FATORES QUE INTERFEREM NO PLANEJAMENTO ESCOLAR:
DIFICULDADES DE UMA DOCENTE DA REDE BÁSICA DE ENSINO¹
FACTORS INTERFERING IN SCHOOL PLANNING: DIFFICULTIES OF A
TEACHER OF THE BASIC EDUCATION NETWORK**

**Kamila Isabel Trevisan², Fabiana Ritter Antunes³, Fernando Jaime
González⁴**

¹ Trabalho vinculado ao projeto Transformação da Educação Física Escolar. Limites e Potencialidades de experiências colaborativas de Formação Continuada Grupo Paidotribas da Unijuí.

² Aluna do Curso de Educação Física do Departamento de Humanidades e Educação; bolsista PROBIC/FAPERGS; participante do Grupo de Pesquisa Paidotribas, trevisankamila6@gmail.com

³ Professora do Departamento de Humanidades e Educação, Doutoranda do PPG Educação nas Ciências da Unijuí, fabiana.antunes@unijui.edu.br

⁴ Professor orientador, Doutor do Departamento de Humanidades e Educação, fjjg@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Para que se consiga ensinar determinado assunto/tema e propiciar a aprendizagem do aluno, é necessário estudar e refletir sobre a pertinência do mesmo, bem como organiza-lo didaticamente. Para ser possível é indispensável que os professores planejem suas aulas. Um bom planejamento permite que após sua execução, o professor consiga refletir sobre os momentos que decorreram em sua aula, para que possa futuramente alterar seus planos, melhorando sua prática de ensino. A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo. (FREIRE, 1997)

Nesse sentido para González e Bracht (2012) o planejamento da Educação Física pode ser organizado em forma de Unidades Didáticas e deve conter saberes conceituais (saber sobre), saberes corporais (saber fazer), e temas transversais que perpassarão esses dois eixos (GONZÁLEZ; BRACHT, 2012, p.104).

Para os mesmos autores as Unidades Didáticas são construídas com base em um longo processo de reflexão, bem como de conhecimento do grupo para o qual as aulas estão sendo desenhadas. Por esse motivo, é necessário que conheçamos as dificuldades que os alunos possuem em relação à relação de uma determinada prática corporal, para assim planejar de forma consistente o ensino.

Para isso, González e Bracht (2012) propõem realizar um diagnóstico composto por três partes: Identificação das dificuldades, priorização dos problemas e seleção dos conhecimentos a serem ensinados. No primeiro momento o professor observa, analisa as dificuldades de seus alunos e anota tudo o que distancia os alunos do nível de desempenho que se espera que alcancem numa determinada etapa. Após prioriza os problemas que trabalhará de acordo com o tempo disponível que possui e pretenderá destinar a esse tema. Por fim seleciona o que deve ser ensinado, objetivos que compreendem um nível mais fácil, evoluindo para um nível mais complexo.

A partir do diagnóstico define o número de aulas que cada Unidade Didática terá, reflete sobre os objetivos de cada aula, define os temas transversais, bem como o método que utilizará para

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

intermediar o processo de aprendizagem dos alunos. Isso inclui também os saberes conceituais respectivos ao tema estudado. Esses conhecimentos permitem que os alunos conheçam as características do tema estudado (conhecimento conceitual técnico) e também conheçam a relação deste com a realidade a qual está inserida, a intervenção da mídia, mudança de regras, mercantilização e etc. (conhecimento conceitual crítico) (GONZÁLEZ; BRACHT, 2012, p. 114).

Como podemos observar o planejamento é um processo complexo e que exige muito estudo e reflexão por parte do docente, pois ao planejar precisa antecipar algumas ações para que consiga dar conta de cumprir o seu objetivo de aula. Esse fato exige que os professores tenham as condições materiais (tempo e espaço) para planejar. Nesse sentido, nos últimos anos tem sido proposta legislação específica sobre o tema.

De forma mais específica a Lei nº 11.738/2008 do Piso salarial em seu § 4 do art. 2º afirma que o professor terá a carga máxima de trabalho em sala de aula de 2/3 (dois terços). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9394/96 prevê em seu artigo 67, §5 que 1/3 da carga horária seja destinada para as atividades extraclasse, planejamento, avaliações e estudos.

Podemos citar como exemplo um professor de escola pública que possui carga horária de 40 horas semanais, deveria ter em média 13 horas para realizar as ações citadas acima. Por outro lado, a cultura escolar nem sempre preserva nem valoriza este tempo para o planejamento (SILVA; GONZÁLEZ, 2016), sendo comum que professores de Educação Física sejam demandados e/ou procurem assumir outras atividades como torneios, grupos de dança, treinamento esportivo, entre outros.

Pensando no processo complexo que é planejar, o presente estudo teve como objetivo compreender como as atividades extraclasse interferem nos horários de planejamento de uma professora de Educação Física da Educação Básica de uma escola estadual do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - RS. Sendo assim, o texto nos permite refletir sobre o significado que as atividades extraclasse possuem dentro do contexto escolar, bem como o significado do aprendizado dos conteúdos da Educação Física por parte dos alunos dentro deste mesmo contexto.

METODOLOGIA

O estudo apresentado é um recorte de um projeto de pesquisa mais amplo - Transformação da Educação Física Escolar: limites e potencialidades de experiências colaborativas de formação continuada. Pontualmente, o trabalho apresentado trata-se de uma pesquisa descritiva de caráter qualitativa.

Para a produção dos dados foram realizadas observações sistemáticas e registros em um diário de campo sobre as atitudes e decisões da docente em relação à organização de seu trabalho na escola. Para melhor compreensão foram analisados os relatórios dos anos de 2016 e 2017, no qual buscou-se identificar os motivos pelos quais a docente não se fazia presente no Grupo de Estudos, o qual tinha como foco o planejamento das unidades didáticas desenvolvidas no componente. O nome da professora utilizado no texto é fictício para preservar a identidade da docente colaboradora da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo o objetivo deste trabalho foi realizada uma análise dos registros realizados nos encontros no Grupo de Estudos, do qual a professora participava, nos quais pode se constatar que o motivo de sua ausência, na maioria das vezes, foi devido ao envolvimento com as atividades extraclasse.

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Durante o acompanhamento da professora, no ano de 2016, pode-se enumerar 9 atividades extraclases diferentes da qual a docente era responsável, além de ministrar aulas de Educação Física para 10 turmas. Ela desempenhava papéis como professora do grupo de dança; teatro; responsável por organizar as equipes de Handebol e Futsal do Ensino Médio (EM) e treiná-las para os jogos escolares; pela frente representativa da banda instrumental; atividades burocráticas, como a compra de materiais e autorização para os alunos; oficinas de esportes para os anos finais do Ensino Fundamental (EF) e viagens do Ensino Médio. Neste mesmo ano, a docente ministrava aulas em todas as turmas do EM, totalizando nove turmas, e em uma do EF.

Neste mesmo ano o grupo de dança, de teatro e os treinamentos esportivos aconteciam no turno da tarde, totalizando 11 horas de atividades extraclases restando apenas duas horas para o planejamento. Porém esses horários ficavam entre um período e outro de aula, dificultando ainda mais nossos encontros.

Já no ano de 2017 devido a uma mudança na carga horária a docente assumiu todas as turmas do Ensino Fundamental e Médio (12 turmas), 30 horas de aula por semana, mais a coordenação do grupo de dança e de treinamento esportivo. As aulas do Ensino Fundamental e Médio estão divididas nos turnos da manhã e tarde, com exceção do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, que tem as aulas de Educação Física apenas no turno da manhã. Sendo assim o tempo disponível por semana para a docente planejar é de 4 horas. No entanto, esta situação fica ainda mais precária quando se observa que, em alguns momentos essas horas são preenchidas, com reuniões da equipe diretiva, tirando ainda mais o tempo de planejamento.

Como dito anteriormente, a carga horária destinada para estudos, planejamento e atividades extraclases como torneios, treinamento esportivo, grupos de dança entre outros, segundo a lei que rege esta norma são de 13 horas em média, ou seja 1/3 (um terço) da carga horária de um professor que trabalha na rede básica de ensino, com um total de 40 horas semanais.

Ao analisar a situação desta professora, notamos que a mesma possui menos de 50% das horas que destina efetivamente para seu planejamento.

Em nossos encontros a docente deixa claro que há a necessidade de se ter um planejamento, porém afirma que precisa tomar conta das demais tarefas, e como elas exigem prazos, muitas vezes curtos, acaba priorizando-as e deixando seu planejamento em segundo plano: “Eu preciso planejar e deixar as aulas prontas senão não vou ter o que dar e vou chegar lá e largar uma bola pra eles?! Não dá! Mas daí tem quartas que tem as reuniões, daí terça tem ensaio da dança, segunda o treinamento eu não tenho tempo” (BIANCA, 2017).

Em uma pesquisa semelhante Neto (1998) traz também o excesso de funções que professores de Educação Física possuem:

O trabalho real do professor de educação física se caracteriza por apresentar, além de um volume extraordinário, tarefas muito variadas e trato com grupos heterogêneos e numerosos. Segundo os professores, esse volume de trabalho e a variedade das tarefas são dois elementos que, junto com baixos salários, os esgotam.

O autor supracitado afirma que o desgaste, muitas vezes, não é físico e sim emocional, gerando um quadro de estresse muito grande, o que resulta em falta de paciência com os alunos (NETO, 1998, p. 34)

Como podemos notar essas interferências contribuem para que, em alguns contextos, a profissão docente seja um ato repetitivo, pois no momento em que o professor não consegue refletir sobre seu planejamento e sua prática docente devido a interferências de outras atividades vinculadas a

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

imagem/representação da escola, o aprendizado da “sala de aula” se torna algo não prioritário. Mesmo que o docente tenha uma intenção de ensino, pode acabar repetindo métodos que não são adequados para o perfil de determinada turma, pois por não ter tempo para planejar suas aulas, não consegue pensar em outras formas de como fazê-la.

Nesse sentido Boufleuer (2017) define dois tipos de professores, os docentes recepcionistas e os docentes organistas. Professores “recepcionistas”, seriam aqueles que tornariam interessante o espaço escolar. Seriam capazes de atrair seu público (alunos) e lhes lançar desafios a refletir e dialogar sobre o que se encontra na sociedade atual comparando com o que já aconteceu, sendo capaz também de justificar o ensino de determinado tema, dando um sentido ao mesmo, para que os discentes possam compreender porque aprendem determinado assunto e não outro, sendo que esta decisão é tomada pelo professor, mesmo que algumas vezes inconscientemente. Já o professor organista, seria aquele que transmite apenas informações e cuida da conduta dos alunos em sala de aula. (BOUFLEUER, 2017). Porém o que acontece na prática diária docente, não é apenas uma escolha do profissional ser um professor recepcionista ou organista. Em um sistema que exige que o professor cumpra sua carga horária em sala de aula, destaque a escola nos festivais e em eventos que a mesma é representada pelos alunos, cuide das questões burocráticas, mesmo que isso signifique deixar seu planejamento em segundo plano, gera uma sobrecarga inviabilizando a possibilidade do professor parar para refletir sua prática de ensino.

O momento que o professor destinaria para a reflexão sobre sua atuação docente é tão importante quanto estar em sala de aula, pois são nesses momentos em que ele transforma as informações em conhecimento, para que possa dialogar com seus alunos.

Como podemos notar, Bianca assume várias funções dentro da escola e com isso seu planejamento fica para um segundo momento. Sendo assim repensar sua prática não depende apenas de suas decisões, mas também de fatores externos a sua prática docente em sala de aula, que exigem o seu tempo e comprometimento. Nesse sentido Silva e González (2016) sugerem dois fatores que podem influenciar esta questão como a compensação de horas, arranjos internos, remanejamento das aulas e o valor que o planejamento assume por parte dos docentes (SILVA; GONZÁLEZ, 2016). Porém cabe à docente reivindicar seus direitos, os quais lhe garantem horários para planejar suas aulas, não permitindo que esses fatores externos à prática docente interfiram nesse processo.

CONCLUSÃO

As funções que o professor ocupa dentro da escola em seu cotidiano muitas vezes o limitam a prática da reflexão. Essa limitação reflete diretamente no aprendizado dos alunos, pois aquele professor que não consegue estudar devido a outras tarefas que assume, terá dificuldades em construir conhecimentos com os alunos, pois sua apropriação do assunto será restrita.

Por ser um processo complexo exige tempo. Além da pesquisa sobre os assuntos é necessário que o professor reveja cada aula, cada unidade didática o que pode ser considerado positivo e repensar alguns pontos que possam ter ficado pendentes. Essa autorreflexão do docente auxiliará na qualidade de ensino, pois ao avaliar sua prática docente conseguirá analisar se ela está adequada ao perfil de suas turmas e o que ainda pode ser melhorado. Sendo assim a reorganização da grade curricular da escola, contratos de mais professores e divisão de tarefas entre os mesmos são algumas das alternativas que podem contribuir para que o docente consiga refletir sobre sua prática e organizar seu planejamento.

Ainda assim, fica em aberto a questão do papel do professor enquanto alguém que pode movimentar-se para demandar que a situação seja diferente, pois a prioridade deve ser os

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

conteúdos que a disciplina deve tratar e não as atividades que envolvam apenas um grupo de alunos representantes da escola. O docente precisa ser capaz de justificar sua prática de ensino para a comunidade escolar, para que a mesma compreenda qual a função da Educação Física dentro da escola, revertendo a visão de que a Educação Física tradicionalmente é uma atividade pedagógica relegada a uma ideia vaga de cuidado do corpo orgânico e espaço compensador de esforços intelectuais demandados pela escola (GONZÁLEZ; FENSTERSEIFER; RISTOW; GLITZ; 2013).

PALAVRAS - CHAVE: Aprendizagem; Prática de Ensino; Reflexão;

REFERÊNCIAS

BOUFLEUER, J. P.; A docência. Texto impresso, maio de 2017.

BRASIL. República Federativa do. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 1/06/2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1997. 2ªed.

GONZÁLEZ, F. J.; BRACHT, V. Metodologia do ensino dos esportes coletivos. Vitória: UFES, Núcleo de Educação Aberta e a Distância, 2012.

GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E.; RISTOW, R. W.; GLITZ, A. P.; O abandono do trabalho docente em aulas de educação física: a invisibilidade do conhecimento disciplinar. Educación Física y Ciencia, vol. 15, nº2, 2013.

NETO, Vicente. M.; A prática dos professores de educação física das escolas públicas de Porto Alegre. Movimento - Ano V - Nº 9, 1998/2.

SILVA, A. M.; GONZÁLEZ, F. J.; O planejamento de professores de educação física após a lei federal 11.738/2008 na rede estadual de ensino do rio grande do sul. Revista Querubim - Ano 12 - Nº 30, vol. 01, p. 55-60, 2016.